

ABERTURA COMERCIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO: UM ESTUDO PELA INTENSIDADE DO COMÉRCIO COMPOSTO PARA O BRASIL NO PERÍODO DE 1981 A 2010

Lucas F. Zioto¹
Hugo C. W. Chu²

Área de Conhecimento: Crescimento e Desenvolvimento Econômico
Eixo Temático: Ciências Econômicas

RESUMO

Sempre se acreditou que o comércio internacional apresenta papel importante para o crescimento da economia. Este tema sempre foi bastante controverso no mundo acadêmico, onde instituições internacionais defendem a abertura econômica como fator de desenvolvimento para um país. Este trabalho tem como objetivo verificar de que forma a abertura econômica teve influência sobre o PIB brasileiro usando como medida de grau de abertura a Intensidade do Comércio Composto (ICC), proposto por Squalli e Wilson (2006). Os resultados encontrados mostram que existe uma relação inversa entre abertura comercial e crescimento do PIB. Testes econométricos mostram consistência na regressão utilizada para verificar a causalidade entre a variável dependente e as variáveis explanatórias.

Palavras-chaves: Abertura comercial, Crescimento econômico e Grau de abertura.

INTRODUÇÃO

A relação entre o crescimento econômico e as transações comerciais entre os países é abordada desde a conhecida obra “A Riqueza das Nações” de Adam Smith, publicada ainda em 1776. O teórico da escola clássica observou a necessidade de um mercado além das fronteiras nacionais como forma de encontrar demanda para a produtividade adicional gerada pela divisão do trabalho. Já no século XX, com os programas de substituições de importações das décadas de 50 e 60, incentivado pela CEPAL-ONU, e adotado em países latino-americanos, ocorreram intensos debates acerca dos méritos pró-crescimento da política. Nas décadas de 80 e 90 novos estudos foram publicados com os desenvolvimento das chamadas teorias do crescimento econômico endógeno e das técnicas econométricas de séries de tempo.

Diversos artigos publicados nesse último período mostram o que parecem ser resultados convincentes quanto aos benefícios trazidos pela abertura econômica. Instituições multilaterais, como a organização para cooperação e desenvolvimento

¹ Economista. Lfz_007@hotmail.com

² Professor Assistente, UNIOESTE, campus de FB. hgchunwei@hotmail.com.br



econômico (OECD), o banco mundial (BM) e o fundo monetário internacional (FMI), sob a influência daqueles artigos, também passaram a promulgar em seus próprios estudos a crença na qual países com maiores grau de abertura econômica tendem, por conseqüência, gerar resultados positivos previsíveis sobre as suas taxas de crescimento.

A literatura econômica aborda a questão da abertura-crescimento em duas correntes distintas e, em ambas, no entanto, as relações de causalidade ainda não se provaram suficientemente convincentes. A primeira abordagem concentra os esforços no fator volume de comércio como medida do grau de abertura econômica, enquanto que a segunda se concentra nas políticas ou barreiras comerciais adotadas pelos países. O maior grau de abertura significa maior volume de comércio com outros países, na primeira abordagem, e políticas comerciais menos restritivas, como menores impostos sobre as importações, na segunda abordagem.

O nosso trabalho buscou responder ao seguinte problema: o volume de comércio internacional determinou o crescimento econômico do Brasil nos períodos de 1981 a 2010? O objetivo deste trabalho é contribuir com o debate teórico-empírico acerca das controvérsias da relação abertura-crescimento usando uma nova medida para o volume de comércio. Para isso construímos o indicador de comércio composto (ICC), sugerido por Squalli e Wilson (2006), para o Brasil entre os anos de 1981 a 2010 e estimamos o seu impacto no crescimento do PIB no período controlando o estoque de capital. Constatamos pelo modelo estudado que no período supracitado o país apresentou menores taxas de crescimento à medida que a economia se tornava mais internacionalizada, um resultado já previsto por alguns autores.

Além dessa introdução, nosso trabalho está dividido em mais 4 seções. A seção 2 faz um breve resgate da literatura do crescimento econômico, mostrando-a como um fértil campo de pesquisa por si só. Além disso, resgatamos em maior profundidade, *vis-à-vis* nosso objetivo, a controvertida literatura teórico-empírica acerca da relação abertura-crescimento. A seção 3, sobre a metodologia, explicamos a fonte dos dados, a construção do ICC e o modelo econométrico proposto. A discussão dos resultados dos testes de causalidade é feita na seção 4. Por fim, na seção 5 tecemos algumas considerações finais para esse trabalho.



1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Crescimento Econômico

Ao analisar todo o processo que passou a teoria de crescimento econômico, pode-se apontar que seu início se deu com as contribuições de Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus (PEREIRA, 2003). Segundo Pereira (2003), as contribuições para essa teoria passaram por Ramsey, Schumpeter, pelas derivações dos trabalhos de Keynes e em Solow.

Várias são as frentes de pesquisas recentes referentes as teorias de crescimento. Araújo (2010), em seu trabalho aponta como fator de crescimento de um país o controle da taxa de câmbio, sendo que para economias emergentes verificou-se uma relação que o câmbio sub-valorizado é responsável por bons índices de crescimento econômico.

O investimento em infra-estrutura como os gastos do governo é apontado por Vieira (2006), junto a variáveis de fluxo de capitais, como fatores que desencadeiam o crescimento econômico. Já outros autores aproveitaram os resíduos de Solow e introduziram o capital humano como *proxie* do modelo de crescimento, como no trabalho de Missio *et al* (2009), apontando que o crescimento econômico de longo prazo advém da produtividade marginal do trabalho, movido pelo conhecimento técnico, ou seja, do capital humano.

O crescimento econômico é apontado como fator exógeno, ou seja, que o crescimento não é observado através de políticas econômicas, mas sim de fatores extra-econômicos (DE LONG, 1996).

Contrapondo esta afirmação, Mankiw *et al* (1992) comprovaram em seu trabalho que as mudanças nas políticas econômicas exercem influência sobre a produção de uma economia, afetando sim, seus índices de crescimento.

Reforçando esta afirmação, Arnold (2008) concluiu que em países em que o imposto de renda é maior, há uma relação positiva com menor crescimento, ou seja, a política econômica de tributação na renda causa um crescimento mais lento em países em que a tributação é efetuada em maior escala sobre o consumo. Ele sugere que os países que adotam uma política voltada para o crescimento, devem realizar uma reforma tributária, onde a tributação deve ser concentrada nos impostos



sobre o consumo e se manter longe do imposto de renda, principalmente no que tange as empresas.

As novas teorias de crescimento econômico tentam explicar através de um conceito de fatores, os que são os causadores do crescimento e como os determinadores de políticas econômicas podem fazer uso delas para promover o aumento do PIB *per capita* (CALVO & RUTE, 2005).

Essas teorias se apóiam em conceitos de capital humano, infra-estrutura, gastos governamentais, inovação, abertura comercial e tecnologia para explicar como estes atuam como motor de crescimento.

Levando em conta o papel do governo como motor do crescimento, podem-se citar os investimentos públicos em infra-estrutura, transferência de renda, o estímulo ao consumo através de redução de impostos e de juros, a manutenção de taxa de câmbio sub-valorizada, como formas do Estado estimular o crescimento. Esta última, sendo adotada quando um país está orientado ao mercado externo (ARAUJO, 2010).

A utilização da taxa de câmbio como instrumento de promoção do crescimento pode ser justificada com o fim de incentivar as empresas a venderem seus produtos no exterior, aumentando assim os empregos, tecnologia e qualidade dos bens produzidos (ARAUJO, 2010).

Essa afirmação é reforçada com o argumento de que para se atingir este estado, existe uma demanda por investimentos e aumento da contratação de força de trabalho local para atender esta demanda, estimulando assim o crescimento econômico (ARAUJO, 2010).

Outro ramo da literatura do crescimento aborda o papel que as instituições exercem sobre as taxas de crescimento. Questões de como atuam as instituições financeiras, como se encontra a situação jurídica, social e política de um país são temas abordados nesta literatura. Entretanto, essa abordagem não conseguiu explicar amplamente os fatores de crescimento (RENELT, 2001). Em seu trabalho, Koln (2009) afirma que crescimento econômico está positivamente relacionado com desenvolvimento de instituições políticas e sociais sólidas.

Contrapondo as suposições pessimistas de Malthus, Savas (2008) comprova que o crescimento populacional promove o crescimento econômico. Incrementos



populacionais permitem o aumento da oferta de mão-de-obra numa dada economia. Com essa analogia é de se supor que com o aumento do trabalho, aumenta-se o produto.

Comprova-se isso ao analisar os índices de países desenvolvidos, que mesmo com grandes taxas de crescimento populacional, conseguiram obter êxito no que tange o crescimento de seu PIB per capita.

Entretanto, todos estes trabalhos apresentam um ponto comum na maioria de suas análises: a maior partes deles mencionam a abertura comercial, exportações, ou mesmo as externalidades advindas destas variáveis como fatores para o crescimento econômico.

1.2 Grau de Abertura e Crescimento Econômico

O debate em torno deste tema é bastante amplo e contraditório uma vez que esta matéria é frequentemente defendida por instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial, e recentemente rechaçado por alguns *papers*. Yanikkaya (2003) apontou em seus estudos dois resultados contraditórios: com uma abordagem utilizando a *proxy* de volume de comércio, apontou uma positiva e significativa relação com o crescimento econômico, ou seja, quanto maior o volume de comércio internacional, maior o crescimento de uma determinada economia; Por outro lado, com a utilização da *proxy* de barreiras ao comércio, o resultado contrariou a visão tradicional deste tema, chegando a conclusão de que para determinadas economias a utilização de barreiras ao comércio apresentava relação positiva com o crescimento econômico.

Uma economia inicia sua jornada no comercio internacional na medida em que ela obtém excedentes de ganhos em vantagem comparativa (ANDERSEN, 2008). Essas vantagens proporcionam a esta economia ganhos para os agentes envolvidos nestas trocas. Entretanto, Krugman (1980) aponta duas fontes de problemas advindas do comércio internacional, sendo um deles a deterioração da indústria doméstica devido a concorrência dos produtores locais com os produtores internacionais. Outra fonte apontada é a pressão sobre os preços que essa



concorrência traz consigo, na qual os preços menores afetam a estrutura de custos das indústrias domésticas.

A literatura atual vem dando mais atenção para as análises voltadas para as políticas comerciais em detrimento do volume de comércio (YANIKKAYA, 2003). Este foco pode ser atribuído ao estimador do volume de comércio ser apontado como tendencioso (ANDERSEN, 2008). Os Programas de Substituição de Importações (PSI) utilizados por países em desenvolvimento são apontados como fracasso ao se comparar com as políticas utilizadas nos chamados Tigres Asiáticos (KRUEGER, 1997). Este fraco desempenho pode ser explicado em parte pela deterioração dos termos de troca.

Por outro lado, a CEPAL ao formular esta política procurou minimizar os efeitos da deterioração dos termos de troca, uma vez que o atraso dos países latino americanos era apontado pelo pensamento Cepalino advindo destas deteriorações (DINIZ, 2000). Para Yanikkaya (2003) países em desenvolvimento desfrutam de maiores taxas de crescimento do PIB ao introduzir medidas de restrições comerciais, ou seja, quanto menor seu grau de abertura, maior poderá ser seu crescimento.

A abertura indiscriminada da economia foi apontada como preponderante juntamente com a valorização do real para a deterioração da indústria brasileira. Esta deterioração teve impactos negativos diretos sobre o emprego e a renda brasileira (BALTAR, 1996).

Baltar (1996) conclui que a experiência brasileira no momento de sua abertura econômica, forçou as empresas se modernizar, no entanto, a produção não acompanhou este ritmo, corroendo a estrutura industrial local ao não permitir a integração homogênea das diversas cadeias produtivas que ficaram expostas no momento da abertura.

Outro fator discutível da abertura econômica está no que tange o mercado de trabalho. Uma abertura econômica num país em desenvolvimento gera uma deterioração dos salários, ou seja, existe a tendência de que trabalhos que exijam menos especialização sejam pressionados para baixo, enquanto que os trabalhos que exigem mais especialização sejam pressionados para cima (SOARES et al, 2001). Em uma simulação encontrada por Barros, Corseuile e Cury (2001) ao aplicar um modelo de equilíbrio geral para estimar os impactos totais da abertura comercial,



encontraram uma relação positiva da abertura comercial com desemprego e para um indicador de pobreza e desigualdade.

Na investigação de diversos trabalhos, Rodríguez e Rodrik (1999) concluíram que não há evidências suficientemente fortes para afirmar que um grau de abertura maior proporciona crescimento da economia. Isto é reforçado se levar em conta que a suposição de que um maior crescimento da renda é que provoca um aumento das transações com o exterior, supondo que as exportações respondem as movimentações da renda (BRADFORD & CHEKWIN, 1993).

Ao realizar uma análise do efeito do comércio, Kim (2010) realizou testes que indicaram que a intensificação do comércio tem efeitos altamente benéfico para países desenvolvidos, mas significativamente negativos para economias em desenvolvimento. Com base nestas ocorrências, ele afirma que os mercados ao se abrirem, tenderão a tornarem as economias cada vez mais desiguais.

Existe uma grande discussão entre os teóricos do crescimento a respeito de qual metodologia utilizar para medir o grau de abertura de uma economia. Existem hoje duas vertentes: a que utiliza como método as políticas comerciais e a que utiliza a medida de volume de comércio. Entretanto, é necessário ressaltar que ambas as medidas são intimamente ligadas e bastante contestada sua validade para sua utilização como única medida de abertura.

Outro ponto discutível é como caracterizar uma economia como aberta. Krueger (1978) aponta como um erro comum apontar uma economia como aberta apenas levando em consideração seu volume de comércio, uma vez que, se um país apresenta políticas econômicas com fortes barreiras protecionistas para diminuir seu volume de importação, ou mesmo criando medidas de camuflagem cambial, poderão ser classificados como fechados ao comércio.

Devido a esta dificuldade de definir o grau de abertura de uma economia, diversos trabalhos têm sido produzidos com inúmeros indicadores para analisar o grau de abertura. Uma vertente do pensamento buscou através de testes econométricos de séries temporais explicarem o crescimento movido pelas exportações incluindo procedimentos com o teste de casualidade de Granger (SQUALI & WILSON, 2006). A medida mais básica e utilizada para medir o grau de abertura é a razão entre a soma das exportações e importações divididas pelo PIB.



Com este indicador, conseguiu-se encontrar uma relação positiva e forte com o crescimento (YANIKKAYA, 2003).

Entretanto, ao utilizar esse indicador como medida de abertura, Squalli e Wilson (2006) ranquearam uma amostra de 136 países em ordem de mais aberto ao mais fechado. Os países com economia mais aberta foram: Cingapura, Luxemburgo, Hong Kong, Malásia e Estônia. Os mais fechados são: Brasil, EUA, Índia, Argentina e Japão. Os autores criticam veementemente a utilização desta *proxy* para análise, visto que a maior economia do mundo é considerada fechada através da utilização deste indicador.

Levar em consideração apenas as exportações dos modelos que explicam o crescimento econômico induz o pesquisador ao erro, visto que de acordo com as teorias de comércio internacional, as importações têm papel tão importante quanto as exportações, pois é através das importações que uma nação consegue fazer uso dos recursos mais eficientemente para a produção de bens, alocando assim os esforços onde este país é competitivo, gerando assim mais riqueza e crescimento (EDWARDS, 1993).

Outra forma de medir o grau de abertura é medindo a quantidade de barreiras ao comércio. A utilização da taxa média de tarifas alfandegárias, taxas sobre importações, subsídios para exportações, restrições para entradas de determinados bens são medidas mais usadas nos trabalhos que usam essa forma de medição (YANIKKAYA, 2003).

Entretanto essa metodologia sofre diversas críticas. Primeiro devido à dificuldade em quantificar algumas barreiras; como restrições ao comércio de alguns produtos, as diferentes taxações que cada bem sofre na entrada de cada país. Outra crítica a esse modelo, é que ele não leva em consideração o peso que determinada economia tem no comércio internacional, ou mesmo o peso e tamanho do seu mercado (YANIKKAYA, 2003).

2 METODOLOGIA

O modelo proposto para captar o impacto do comércio internacional sobre o crescimento do produto interno bruto brasileiro será o seguinte:



$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 K - \beta_2 ICC + e_i \quad (1)$$

Na qual, Y_i corresponde ao PIB total do Brasil no ano t ; β_0 é uma constante; $\beta_1 K$ corresponde ao estoque de capital, que nesta equação representa o consumo total de energia elétrica da indústria; $\beta_2 ICC$ corresponde ao índice de abertura comercial, e por fim, e_i corresponde ao termo de erro.

Para a utilização da *proxy* de capital físico optou-se pelo uso do total de energia elétrica consumida pela indústria, onde a base de dados utilizadas foi fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A base de dados utilizadas para o cálculo do ICC foi obtido no *World Development Indicators data* (WDI) para séries referente ao PIB do Brasil. Para as séries referentes as importações e exportações, as informações foram conseguidos através da World Trade Organization Trade (WTO).

Para se determinar se uma dada economia é aberta ou não, será estimado um modelo de acordo com os pressupostos explanados no trabalho de Squalli e Wilson (2006) através do indicador de Intensidade de Comércio Composto (ICC). O modelo é expresso por:

$$ICC_i = \frac{n(X + M)_i^2}{PIB_i \sum_{j=1}^n (X + M)_j}$$

Na qual:

- ICC é o indicador de intensidade do comércio composto, que capta o grau de abertura para cada país;
- n é o total de países que compõe a amostra;
- $(X + M)_i$ corresponde à soma do total das exportações e importações do país i ;
- PIB_i corresponde ao produto interno bruto do país i ;



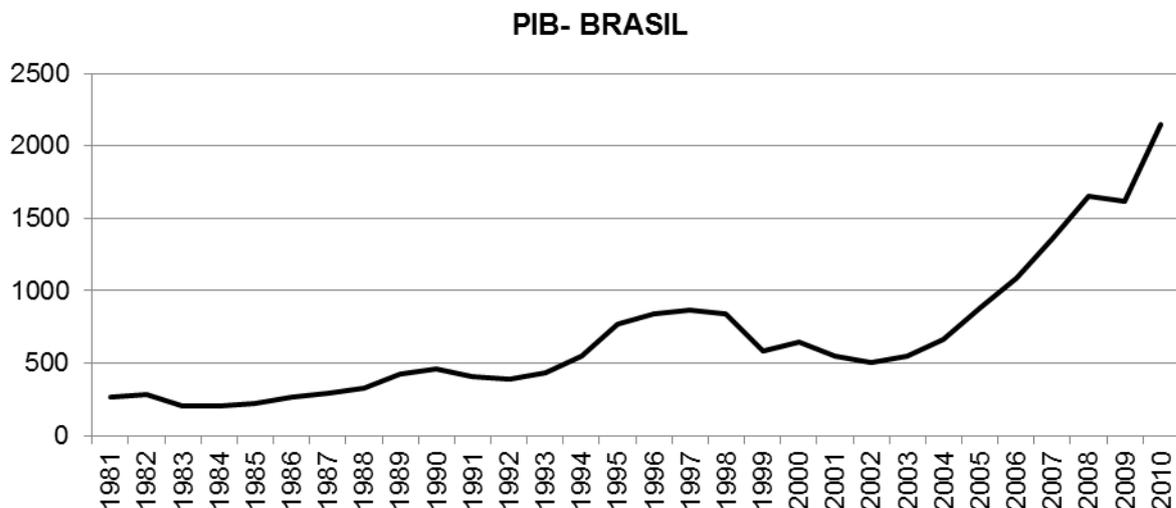
- $\sum_{j=1}^n (X + M)_j$ corresponde ao somatório do total de exportações e importações de todos os países que compõem a amostra.

O índice de Intensidade do Comercio Composto é capaz de captar a importância que cada economia tem para o comércio mundial e também de medir o volume de comércio que cada país possui, realizando assim os ajustes e corrigindo os erros indicados nas diversas literaturas sobre crescimento econômico e grau de abertura.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A evolução do PIB brasileiro é notada desde o início da série histórica, apresentando quedas pontuais em alguns anos, como em 1990, 1998 e 2009. Em 1990 o PIB brasileiro retraiu-se devido aos choques inflacionários. Em 1998 foi ocasionada pelos choques cambiais e pelas crises econômicas internacionais como a japonesa que ocorreram sucessivamente nesta década. Já em 2008, foi movido principalmente pela crise imobiliária americana, que afetou de forma bastante significativa todos os países de globo, prejudicando bastante o fluxo de capitais internacionais, taxas de juros e o cambio nacional. É possível visualizar esse movimento do PIB na figura 01.

Figura 01. PIB do Brasil de 1981 a 2010 em bilhões de US\$.



FONTE: Elaboração própria com base nos dados do *World Development Indicators*.



Percebe-se também uma tendência de altas bastante significativa em termos comparativos entre os anos, principalmente após 2002, devido a estabilização política e econômica, aos sucessivos superávits primários, aos programas sociais e também o mundo como um todo obteve crescimento neste período de tempo. Na figura 02 é possível observar o desempenho das exportações brasileiras para o período de 1981 a 2010.

Figura 02. Exportações brasileiras de 1981 a 2010 em bilhões US\$.

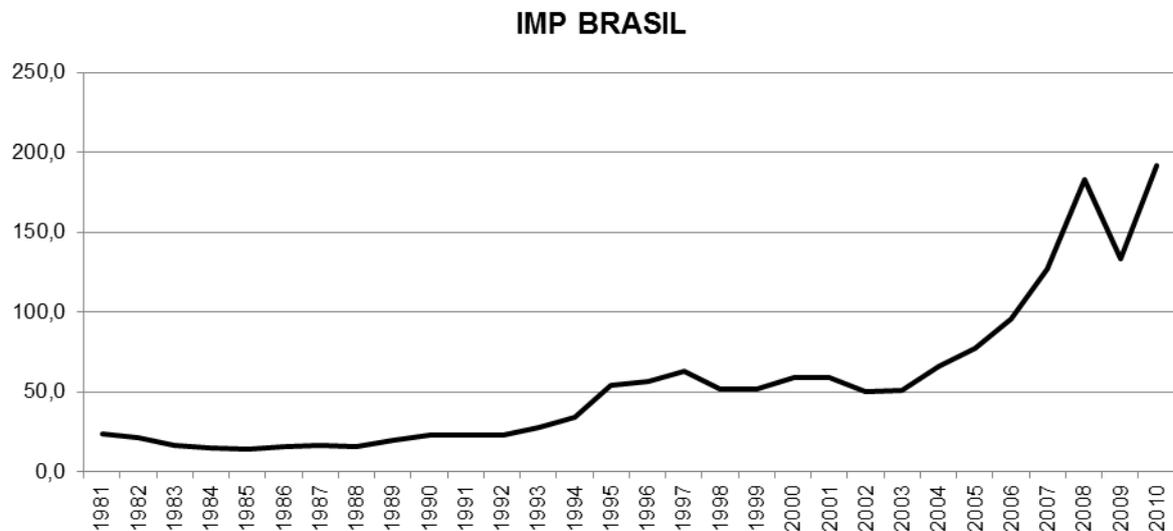


FONTE: Elaboração própria com base nos dados do *World Trade Organization*.

Percebe-se uma grande queda nas exportações logo no início da série analisada, mais precisamente em 1982, algo em torno de 50% do total exportado em relação ao ano anterior. Ao decorrer da década de 1980 ocorre uma tendência de alta que logo é interrompida em 1986. O grande salto ocorre mesmo a partir de 1992, no momento da abertura econômica, que movido pelo regime de câmbio deu um fôlego grande ao setor exportador brasileiro, principalmente no que diz respeito as *commodities*. Entretanto, percebe-se uma tendência de alta também nas importações como mostra a figura 03.

Figura 03. Importações brasileiras de 1981 a 2010 em bilhões US\$.



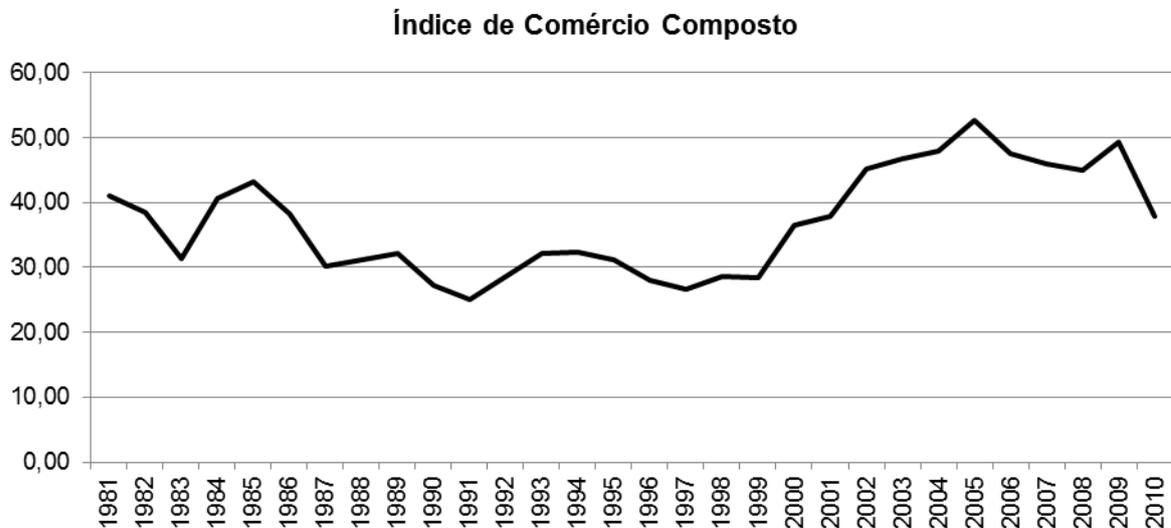


FONTE: Elaboração própria com base nos dados do *World Trade Organization*.

As importações acompanham a tendência das exportações como também ao desempenho do PIB no período. As importações tiveram tendência de alta devido a abertura econômica em 1992, mas seu pico de crescimento se deu na estabilização do plano real em 1995, e após 2003, com a ascensão econômica das camadas mais pobres onde aumentou-se o consumo, havendo a necessidade de importações para a satisfação desta demanda.

Ao analisar a Figura 04, onde mostra a evolução do indicador de abertura comercial, verifica-se uma evolução desta abertura exatamente no ano de 1992, sendo este o da abertura comercial brasileira propriamente dita, para apresentar somente em 2006 uma tendência de queda, culminando em 2008 (ano da crise americana).

Figura 04. Índice de Comércio Composto brasileiro de 1981 a 2010.



FONTE: Elaboração própria com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *World Trade Organization* (WTO) e *World Development Indicators* (WTI).

3.1 A causalidade entre crescimento econômico e abertura comercial

Para testar a existência de causalidade entre variáveis foi realizada uma regressão através da técnica de mínimos quadrados ordinários (MQO), usando como variável dependente o Produto Interno Bruto absoluto e como variável independente o Índice de Comércio Composto. Para dar um pouco de robustez ao modelo, foi acrescentado como variável explicativa o estoque de capital físico, que para o caso deste trabalho, corresponde ao total de consumo de energia elétrica da indústria. A matriz de resultados, no apêndice 01, mostra a seguinte equação estimada:

$$Y_{it} = -6.29 + 14331831K - 1.05ICC \quad (2)$$

A equação (2) mostra uma relação negativa de causalidade entre abertura econômica e crescimento do PIB, ou seja, quanto maior for a abertura comercial, menor será o PIB. Os valores estimados são estatisticamente significativos ao nível de 95% do intervalo de confiança.



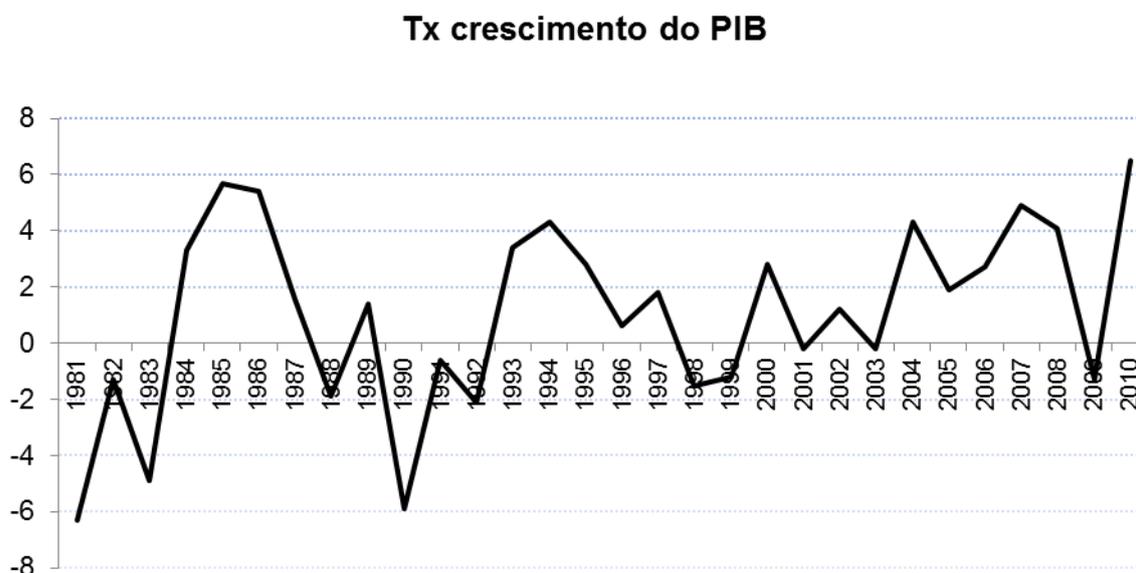
O indicador R^2 ajustado, mostra o grau de ajuste da regressão, ou seja, o quanto a reta de regressão se ajusta aos dados. Para o modelo proposto, o R^2 ajustado apresentou um valor de 0.805222, ou seja, este modelo responde a 80.52% das variações da variável dependente.

Para o teste de F de Snedecor, a regressão estimada provou-se significativa de forma global, para o modelo em questão, apresentando um valor de 60.94.

O Anexo 2 contém a matriz do teste de heteroscedasticidade, no qual mostra a inexistência deste problema para o caso deste modelo. O Anexo 3 comprova a inexistência de autorrelação, ou seja, o teste de Breusch-Godfre indica que não foi omitida alguma variável necessária para a especificação do modelo

Ao se comparar as figuras 04 e 05, nota-se exatamente a relação exposta na equação (2). Nos pontos de alta do PIB temos uma elevação da abertura econômica, contrastando com 1991, por exemplo, que no ponto de queda do ICC, temos um movimento de alta do crescimento do PIB. Essa relação pode ser observada também nos anos de 1988, onde há uma alta taxa de ICC, temos uma queda acentuada da taxa de crescimento.

Figura 05. Taxa de crescimento real do PIB brasileiro de 1981 a 2010.



FONTE: Elaboração própria com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou analisar de que forma o grau de abertura comercial impacta no crescimento econômico. Para tanto, foi necessário utilizar um índice que fosse capaz de captar esta abertura comercial e também que fosse empiricamente coerente com a literatura econômica. Também foi estimada uma regressão múltipla através da técnica de mínimos quadrados ordinários para testar a causalidade entre grau de abertura e crescimento.

Para se chegar ao estimador de abertura comercial, optou-se pelo método desenvolvido por Squalli e Wilson (2006), que utiliza de forma conjunta dois dos métodos mais tradicionais da literatura do tema, no qual os autores unem o método da Intensidade do comércio com o método da Importância Relativa do comércio, resultando numa *proxy* mais compatível com a realidade do tema.

Os testes realizados comprovam a robustez dos resultados, onde conseguiu-se comprovar que para o caso do Brasil, quanto maior foi o grau de abertura (ICC) menor foi o crescimento econômico no período.

Vario caminhos podem ser seguidos a partir deste ponto da pesquisa. Primeiro, realizar os mesmo testes para outros países com realidades econômicas e desenvolvimentos sociais distintos, a fim de comprovar a veracidade de algumas teorias que afirmam que para países em desenvolvimento é melhor manter-se mais fechado ao comercio internacional, impondo barreiras ao comércio. Também se pode incluir no modelo a variável capital humano que também é cercada de bastante referencial teórico no que tange o crescimento econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSEN, L.; BABULA, R. The link between openness and long-run economic growth. **Journal International commerce and economics**, 2008.



ARAÚJO, E. C. Nível de cambio e desenvolvimento econômico: Teorias e evidências para países emergentes e em desenvolvimento. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 469 – 498, 2010.

ARNOLD, J. Do tax structures affect aggregate economic growth? Empirical evidence from a panel of OECD countries. **OECD Economics department working papers**. N.63, 2008.

BALTAR, P. E. A. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, 1996.

BARROS, R. P. de, CORSEUIL, C. H., CURY, S. Abertura comercial e liberalização do fluxo de capitais no Brasil: impactos sobre a pobreza e a desigualdade. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BRADFORD, C.; CHAKWIN, N. Alternative Explanations of the Trade-output correlation in the East Asian Economies. **OECD Development Centre, working paper**, 87, 1993.

CALVO, M. B.; RUTE, B. S. R. Economic growth and inequality in Latin American countries: Some empirical findings. **Universidad de Catánbria**, Santander, 2005.

DINIZ, C. C. Global-local: Interdependências e desigualdade ou notas para uma política tecnológica e industrial no Brasil. **Estudos Temáticos**, N. 09 – Rio de Janeiro, 2000.

EDWARDS, S., - Openness, trade liberalization, and growth in developing countries - **Journal of Economic Literature**. California, 1993.

KOLN, M. Economic Development and Growth: A survey. **Cato Journal**, v. 20 N.02 – Hanover, 2009.

KIM, D. H. **Trade, growth and Income**. Taiwan, 2010.

KRUEGER, A. O. **Liberalization Attempts and Consequences**. Ballinger, Cambridge, v. 10, 1978.

KRUEGER, A. O. Trade Policy and economic development: How we learn. **American Economic Review**, vol. 87 – 1997.

KRUGMAN, P. R. Scale economies, monopolistic competition and international trade. **Journal of international economics**, 1979.

DE LONG, J. B. **A short review of economic growth: theories and policies**, California, 1996.

MANKIW, G.; DAVID, R.; WIEL, D. Contributions to the empiric economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, p. 407 a 437, 1992.



MISSIO, F. J.; FREDERICO, G. J. J.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Desenvolvimento Financeiro e Crescimento Econômico: Teoria e Evidência para os Estados Brasileiro (1995-2004) – **Texto para discussão**, Belo Horizonte, MG – 2009.

PEREIRA, A. S. Uma resenha da teoria do crescimento econômico. **Teoria e evidência econômica**, Passo Fundo (RS), 2003.

RENELT, D. Economic growth: A review of the theoretical and empirical literature. **Policy, Research and external affairs working paper**. The World Bank. v.01, 2001.

RODRIGUEZ, F.; RODRIK, D. Trade Policy and Economic Growth: A Skeptic's guide to the cross-national evidence. **NBER working paper 7081**, 2000.

SAVAS, B. The relationship between population and economic growth: Empirical evidence from the central Asian economies. **Aksaray**, 2008.

SCHERER, F. M. **New perspectives on economic growth and technological innovation**. Brookings Institute Press, Washington, 1999.

SOARES, S.; SERVO, L. M. S.; ARBACHE, J. S. O que não sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil. **Textos para discussão**, nº 843, Ipea, Rio de Janeiro, 2001.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SQUALI, J.; WILSON, K. A new approach to measuring trade openness. **The World Economy**, v. 34, n. 10, p. 1745-1770, 2006.

VIEIRA, F. V. – China: Crescimento Econômico de Longo Prazo – Revista de Economia Política, vol. 26, nº 3, São Paulo, SP – 2006.

THIRLWALL, A.P. Trade, Trade Liberalization and economic growth: Theory and evidence. **Economic Research Papers**. N.63. African Development Bank, Costa do Marfim, 2000.

YANIKKAYA, H. Trade openness and economic growth: a cross-country empirical investigation. **Journal of Development Economics**, 72, p. 57 – 89, 2003.

WORLD DEVELOPMENTS INDICATORS. Disponível em:

<<http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>> acesso em 01/10/2012.

WORLD TRADE ORGANIZATION. Disponível em:

<http://stat.wto.org/home/WSDBHome.aspx?Language=S>> Acesso em 01/10/2012.

